

Trajetórias formativas e laborais de mulheres egressas do Curso Técnico em Cozinha do Proeja do Instituto Federal Baiano

Formative and labor trajectories of graduate women from Curso Técnico em Cozinha of Instituto Federal Baiano's Proeja

Lais Moreira Cavalcanti
Instituto Federal Baiano (IF Baiano)

Catu - Brasil

José Humberto da Silva
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)
Salvador - Brasil

Resumo

Este artigo analisa as trajetórias de estudo e de trabalho construídas por estudantes egressas do curso Técnico em Cozinha, ofertado pelo Proeja no IF Baiano, Campus Catu. São investigadas as inferências do programa na continuação dos itinerários formativos dessas mulheres e nos percursos de (re)inserção em espaços laborais. Para tanto, a partir dos referenciais teóricos, analisa-se a relação do trabalho culinário com a divisão sexual e racial do trabalho no Brasil por meio da exclusão econômica e educacional. Para compreender essas trajetórias, adotou-se uma abordagem qualitativa e o questionário como instrumento metodológico de pesquisa, aplicado a 60 estudantes. A partir da análise de conteúdo, como método de interpretação dos dados coletados, constatou-se que a conclusão do Ensino Médio compõe uma mobilidade de escolaridade ascendente entre gerações, que possibilitou o acesso ao Ensino Superior para uma parte das egressas. Ademais, observou-se a centralidade do trabalho produtivo e reprodutivo nas trajetórias construídas por estudantes formadas pelo Proeja.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos; Proeja; Trajetórias de mulheres egressas.

Abstract

This article analyzes the study and work trajectories built by students who graduated from the Kitchen Technician course, offered by Proeja at IF Baiano, Campus Catu. The inferences of the program in the continuation of its training itineraries and in the paths of (re)insertion in work spaces are investigated. To this end, through theoretical frameworks, it analyzes the relationship between culinary work and the sexual and racial division of labor in the country through economic and educational exclusion. To understand the trajectories of these graduates, we adopted qualitative research and the questionnaire as a methodological instrument, applied to 60 students. From the content analysis, as a method of interpretation of the collected data, it was found that the completion of High School composes an upward mobility of schooling between generations, which enabled access to Higher Education for a part of the graduates. In addition, the centrality of productive and reproductive work was observed in the trajectories built by students trained by Proeja.

Keywords: Youth and Adult Education; Proeja; Trajectories of women graduated.

1 Introdução

O Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja), instituído por meio do Decreto n.º 5.478/2005 e, posteriormente, substituído pelo Decreto n.º 5.840/2006, amplia o alcance da EJA, historicamente vinculada a campanhas descontínuas de alfabetização e à oferta no Ensino Fundamental, com a inédita inclusão da modalidade na Rede Federal por meio de cursos que articulam as formações propedêutica e profissional no Ensino Médio.

As instituições federais de educação profissional, tomadas como base para a implementação do Proeja, foram compelidas a repensar o seu papel e tradição na formação de trabalhadores diante da ampliação de sua função social em uma perspectiva mais democrática, conforme discutem Oliveira e Machado (2012). Observa-se, contudo, que às vésperas de completar duas décadas desde a promulgação do decreto, o Proeja configura campo de possibilidades e tensões dentro dos Institutos Federais relacionadas ao ineditismo do programa e às contradições que historicamente atravessam a efetivação de políticas voltadas à formação de jovens e adultos(as) trabalhadores(as) no país.

Com o propósito de investigar como o Proeja alcança os sujeitos beneficiários em seus percursos formativos e laborais, neste artigo são analisadas as trajetórias construídas por 60 estudantes egressas do curso Técnico em Cozinha ofertado pelo programa, no Instituto Federal Baiano, *Campus Catu*. Por uma abordagem qualitativa, analisa-se o conteúdo de questionários respondidos pelas participantes da pesquisaⁱ, no mês de outubro de 2023, a fim de capturar as inferências do Proeja em suas trajetórias de estudo e de trabalho. Capturá-las não em extensão, mas em intensidade, por um processo interpretativo que se ocupa daquilo que é próprio do universo da produção humana, das relações, das representações e da intencionalidade (Minayo, 2021), como trama não linear (Demo, 2012).

Assim, são observadas as possíveis contribuições do programa para a construção de novas trajetórias de escolarização, sobretudo por meio do acesso ao Ensino Superior. Aqui, interessa verificar de que modo a verticalizaçãoⁱⁱ encontra as estudantes do Proeja enquanto estímulo para o seu acesso aos cursos de graduação ofertados pelo IF Baiano. Quanto aos percursos laborais, analisa-se a (re)inserção ou permanência das estudantes egressas no mercado de trabalho.

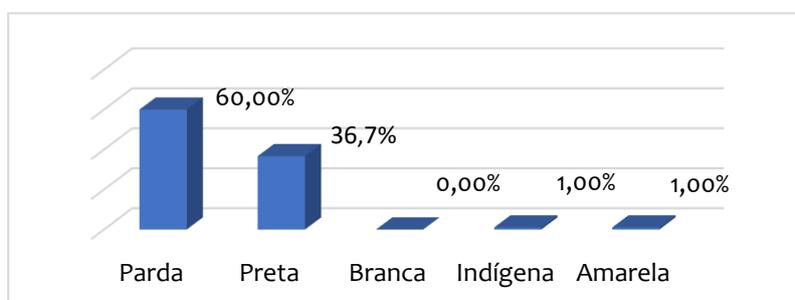
Por tratar-se de curso cujas vagas são preenchidas majoritariamente por mulheres negras, importa discutir a conexão histórica e socialmente tecida entre mulheres negras e o trabalho culinário, considerando aspectos relacionados à divisão sexual e racial do trabalho. Discute-se, ainda, o lugar do trabalho não remunerado, executado pelas estudantes egressas no decurso de suas trajetórias.

2 A cozinha como o lugar das mulheres negras: uma análise do perfil das egressas do curso de cozinha e suas relações com a reprodução social, racial e de divisão do trabalho

De acordo com dados fornecidos pela Secretaria de Registros Acadêmicos (SRA) do campus, entre os anos de 2010 e 2019, ingressaram 339 estudantes no curso Técnico em Cozinha ofertado pelo Campus Catu, dos quais 83,2% eram mulheres. Ao final do curso, e após a realização do Estágio Curricular Obrigatório, formaram-se técnicas em cozinha 94 mulheres e 11 homens.

Embora cada uma delas tenha acionado estratégias e arranjos particulares, a fim de conciliar suas vidas com o empreendimento requerido à obtenção do certificado de conclusão do Ensino Médio e do curso técnico pelo Proeja, em muito assemelham-se entre si, como apontam os dados abaixo discriminados.

Gráfico 1 – Autodeclaração de cor das egressas participantes da pesquisa



Fonte: Elaboração própria (2023)

Adotado o critério do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e somados os percentuais de autodeclaradas pardas e pretas, dentre as participantes deste estudo, 96,7% se autodeclararam negras, como é possível constatar a partir do Gráfico 1. Quanto à renda, 75% das egressas pesquisadas possuem renda familiar *per capita* de até um salário mínimo, 20% possuem de um a dois salários mínimos, e apenas 5% possuem renda familiar *per capita* de dois a cinco salários mínimos.

Trajetórias formativas e laborais de mulheres egressas do Curso Técnico em Cozinha do Proeja do Instituto Federal Baiano

Com relação à idade de ingresso no curso, observa-se a predominância de mulheres adultas de 30 a 45 anos de idade, representando 65% do universo pesquisado, enquanto 18,3% ingressaram quando somavam de 18 a 29 anos, e 16,7% possuíam de 46 a 60 anos no ano de ingresso. Os dados sinalizam para uma significativa distorção idade-série como possível decorrência de trajetórias escolares interrompidas, que não raro caracterizam os percursos dos sujeitos da Educação de Jovens e Adultos.

Ainda que não cheguem a exercer a profissão, por escolha, escassez de oportunidades ou por razão outra, essas mulheres carregam consigo no sexo, na raça, na classe e na decisão de profissionalizarem-se em cozinha, heranças sócio historicamente construídas e deixadas pelas mulheres responsáveis pelo ofício culinário no Brasil décadas e séculos mais cedo.

Conforme Machado (2022, pp. 26-27), trata-se “[...] de uma história de longa duração do trabalho íntimo, invisibilizado e essencial de mulheres negras na cozinha” ainda ecoada no Brasil de agora que, sem cerimônia, “[...] conserva antigas estruturas de violência racial, de gênero e de classe, que são capazes de se atualizar e operar com eficiência na contemporaneidade”.

Não é possível ignorar, quando da oferta de um curso Técnico em Cozinha para mulheres negras nesse país, a complexidade e as contradições do contexto em que essa atividade profissional se inscreve. Não obstante marcados por violências interseccionadas, ainda de acordo com Machado (2022, p. 27): “[...] os novos lugares ocupados por cozinheiras negras, e mesmo sua existência no presente, são possibilitados por tecnologias de sobrevivência desenvolvidas pelas trabalhadoras que as antecederam”.

As trajetórias de cozinheiras negras construídas outrora e nos dias correntes, para Machado (2022, p. 29), desvelam os bastidores do trabalho na cozinha, naquilo que atestam sobre “[...] as estruturas de poder, a violência, a expropriação econômica e a acumulação de capital” nas quais está assentada a sociedade brasileira, e naquilo que anunciam quanto à agência e à resistênciaⁱⁱⁱ dessas trabalhadoras negras em sua complexidade.

O trabalho doméstico e, em particular, o culinário, essenciais ao funcionamento e à reprodução social, encerram massiva e reiteradamente as mulheres negras na divisão sexual e racial do trabalho no país por meio da exclusão econômica e educacional, “[...] mas especialmente pela existência de uma política racializada e de gênero no mercado de trabalho

que torna sua feminilidade e negritude “inaptas” para o exercício de outras funções” (Machado, 2022, p. 44).

A autora ainda afirma que:

O trabalho na cozinha é uma das formas mais ilustrativas de enxergar como a manutenção do funcionamento da sociedade brasileira e de sua economia depende (e sempre dependeu) de mulheres negras em condições primeiramente escravizadas, mais tarde, precárias e miseráveis, e do não reconhecimento dessa dependência (Machado, 2022, p. 44).

Há, portanto, uma conexão histórica e socialmente tecida entre mulheres negras e o trabalho culinário doméstico que, desvalorizado, invisibilizado e executado em condições precárias e exaustivas, situa uma parcela importante de mulheres no mercado de trabalho bem antes da década de 1970, comumente apontada enquanto marco temporal da inserção de mulheres no mercado de trabalho no Brasil.

O trabalho culinário executado por mãos negras, “imprescindível durante o período escravista”, foi o principal responsável, ao longo de quase três séculos, por produzir a alimentação brasileira não apenas no espaço restrito da casa, mas também fora dele, “[...] por mulheres escravizadas que trabalhavam no sistema de ganho, além de livres e libertas, que exerciam diversas atividades comerciais relacionadas à alimentação” (Machado, 2022, p. 49).

Iniciado o século XXI, as mulheres negras seguiram, em maioria, no trabalho doméstico e assim permanecem. Dados divulgados pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) apontam que, ao final de 2022, as mulheres representavam 91,4% da força de trabalho empregada no setor, das quais 67,3% eram negras (O trabalho [...], 2023).

Tal conexão é tecida, ademais, por estratégias de sobrevivência e de resistência frente à brutalidade do trabalho imposto, que encontram na cozinha não somente lugar de confinamento forçado, como uma dimensão de “[...] hierarquias espaciais racializadas que definem que a cozinha é o lugar de mulheres negras, em condições precárias de trabalho e silenciadas” (Machado, 2022, p. 253), mas também espaço de territorialidade feminina e negra, servindo à

[...] composição de conhecimento culinário, de redes de sociabilidade, de apoio e de afeto. Tão importante quanto o espaço da cozinha é o cozinhar enquanto técnica e trabalho na manutenção de seu sustento (e dos seus), na conquista de uma possível ascensão social e no apoio a projetos sociais e coletivos (Machado, 2022, p. 253).

Trajetórias formativas e laborais de mulheres egressas do Curso Técnico em Cozinha do Proeja do Instituto Federal Baiano

Como anuncia Machado (2022, p. 21), e pensando nas mulheres negras que buscam o curso Técnico de Cozinha como meio para profissionalizarem-se, “[...] são as cozinheiras negras que executam o trabalho mais radical de todos: o de garantir um futuro para uma população que ‘não deveria ter sobrevivido’”. A necessidade de ingressar ou de se manter no mercado de trabalho, como se verá adiante, é preponderante no momento da escolha pelo curso entre as estudantes egressas pesquisadas, sendo possivelmente movidas pela tarefa primeira de garantir a sua existência e a dos seus.

3 Trajetórias formativas das egressas do curso Técnico em Cozinha

Quanto à construção de novos itinerários de escolarização por meio do acesso a um curso técnico de nível médio ofertado pelo Proeja, os dados recolhidos, a partir da aplicação dos questionários, apontam para uma perceptível mobilidade de escolaridade entre gerações, tendo como indicador o nível de instrução alcançado. Quando verificado o nível de escolaridade da pessoa que esteve responsável, direta e principalmente, pela criação das mulheres que se formaram técnicas em cozinha, e as trajetórias formativas construídas por elas próprias, é possível identificar uma mobilidade ascendente, ou seja, as mulheres pesquisadas conseguiram, majoritariamente, atingir nível de instrução mais elevado que o alcançado pela pessoa que as criou, como se pode ver na Tabela 1, abaixo.

Tabela 1 – Níveis de escolaridade intergeracional

Nível de escolaridade da(o) responsável	Nível de escolaridade das estudantes egressas do curso Técnico em Cozinha					
	Não estudou	Fundamental incompleto	Fundamental completo	Médio incompleto	Médio completo	Superior (in)completo ou mais
Não estudou	-	-	-	-	15%	5%
Fundamental incompleto	-	-	-	-	31,6%	1,6%
Fundamental completo	-	-	-	-	3,3%	3,3%
Médio incompleto	-	-	-	-	1,6%	
Médio completo	-	-	-	-	20%	8,3%
Superior (in)completo ou mais	-	-	-	-	3,3%	3,3%
Não soube informar	-	-	-	-	3,3%	

Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Dentre as egressas pesquisadas, 70% superaram o nível de escolaridade de quem as criou. Para 23% não houve mobilidade em razão de terem alcançado o mesmo nível de escolaridade dos responsáveis por sua criação e para 3% das estudantes houve mobilidade descendente. É possível que a mobilidade ascendente de escolaridade, percebida entre gerações, guarde a expectativa de uma mobilidade também social e da quebra de ciclos de vida marcados por processos de exclusão.

Em estudo sobre a associação da classe social de origem^{iv} e da cor da pele com as chances de mobilidade social ascendente, Ribeiro (2006) analisa a desigualdade de oportunidades entre grupos de classe e de cor. Para tanto, toma como ponto intermediário o nível educacional alcançado. Embora o autor não considere a variável sexo em seu estudo, oferece contribuições importantes à discussão e conclui que a desigualdade racial nas chances de mobilidade está presente, sobretudo, para indivíduos com origem nas classes mais altas, enquanto para brancos, pardos e pretos com origem nas classes mais baixas, as chances de mobilidade social são semelhantes, levando a sugerir que “[...] a discriminação racial ocorre principalmente quando posições sociais valorizadas estão em jogo” (Ribeiro, 2006, p. 863). Quando analisa a escolaridade, Ribeiro (2006) constata que nas transições educacionais até a entrada no Ensino Médio, a desigualdade de classe é muito maior do que a de raça, ao passo que, para completar um ano de universidade e terminá-la, a desigualdade racial é quase tão grande quanto à de classe.

É possível depreender das conclusões de Ribeiro (2006) que na mobilidade social ascendente concorre não apenas a variável escolaridade, mas a classe social de origem e a raça, ainda que de modos distintos; e que a escolaridade alcançada é significativamente influenciada pela classe social e pela cor da pele.

Para o exame da dinâmica de mobilidade social e de escolaridade de mulheres negras, sugere-se a articulação entre as variáveis raça, classe e gênero que, devidamente historicizada e socioeconomicamente contextualizada, pode contribuir para o aprofundamento da análise. Sobre essa articulação, Carneiro (2003, p. 119) elucida que:

A fortiori, essa necessidade premente de articular o racismo às questões mais amplas das mulheres encontra guarida histórica, pois a “variável” racial produziu gêneros subalternizados. [...] para as mulheres negras atingirem os mesmos níveis de desigualdades existentes entre homens e mulheres brancos significaria experimentar uma extraordinária mobilidade social, uma vez que os homens negros, na maioria dos indicadores sociais, encontram-se abaixo das mulheres brancas.

Trajetórias formativas e laborais de mulheres egressas do Curso Técnico em Cozinha do Proeja do Instituto Federal Baiano

Com relação aos percursos escolares que antecederam o ingresso das estudantes pesquisadas no Ensino Médio, a quase totalidade das participantes (92%) afirmou ter cursado o Ensino Fundamental em escola pública, sendo 20% delas egressas da EJA. Observa-se, ainda, que, para 38 estudantes, as trajetórias escolares precisaram ser interrompidas, enquanto 22 responderam que não ficaram fora da escola durante o seu percurso escolar, embora todas tenham acessado o curso Técnico em Cozinha com no mínimo 18 anos completos, critério exigido para o ingresso no curso. Considerando que, não raro, o curso recebe estudantes com Ensino Médio concluído ou por concluir, é possível que para algumas delas a chegada ao Proeja seja parte de uma trajetória escolar sem interrupções temporais consideradas relevantes.

Quando questionadas sobre se o curso contribuiu para a continuação dos estudos após a conclusão do Ensino Médio, 70% afirmaram que sim. Destas, 28% identificaram o estímulo à vontade de continuar estudando como contribuição, 25% não informaram de que modo o curso contribuiu, 21% afirmaram que o curso contribuiu para o acesso ao Ensino Superior, 12% apontaram a conclusão do Ensino Médio e aquisição de mais conhecimento como contribuições, 7% ingressaram em outros cursos técnicos, 4,7% relataram que o curso as ajudou a se descobrir capazes de ir além do Ensino Médio e 2,3% afirmaram que contribuiu em razão de ser dada a oportunidade de fazer o ensino superior na mesma instituição.

Diante dos questionamentos acerca do que esperam da vida e com o que sonham foram capturadas falas como: “[...] quero cursar o doutorado pra mostrar para a minha mãe que escolhi a profissão certa. Ela diz que não era pra eu fazer curso de cozinha”; “Terminar a minha pós e tentar ingressar no mercado de trabalho”; “Estudar e concluir o nível superior”; “Espero poder fazer faculdade um dia”; “Poder concluir o curso de gastronomia”; “Espero que possa terminar minha graduação em ADS e fazer um concurso público”; “Concluir o curso de Gastronomia, fazer pós-graduação e trabalhar pra mim”; “Fazer faculdade de fisioterapia”; “Conquistar meus objetivos de adquirir mestrado”; “Fazer faculdade”; e “Estudar nutrição ou gastronomia”. Verifica-se, por conseguinte, que as estudantes puderam não apenas concluir a Educação Básica e obter uma formação técnica, como passaram a aspirar a continuidade dos seus percursos formativos, e a acreditar ser possível alcançar níveis de escolarização anteriormente não almejados.

Dentre as egressas participantes do estudo, treze acessaram o Ensino Superior após a conclusão do curso técnico, doze das quais ingressaram em graduações ofertadas no *Campus Catu*, a saber: dez mulheres ingressaram no curso superior de Tecnologia em Gastronomia, uma, no curso superior de Licenciatura em Química, e uma ingressou no curso superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas (ADS).

O curso superior de Tecnologia em Gastronomia oferta vagas desde 2020, das quais dez foram ocupadas por mulheres egressas do Proeja até o ano de 2023. Ainda que a verticalização dos itinerários formativos seja uma premissa dos Institutos Federais, chama a atenção não haver qualquer normatização específica, política institucional ou ação afirmativa voltada à sua promoção de modo a garantir a isonomia nos processos de acesso ao Ensino Superior, por exemplo, e a sua efetiva democratização, com vistas à redução de desproporções educacionais entre pessoas que tiveram oportunidades tão díspares de acesso à educação escolar.

Considerando que 78% das egressas respondentes não acessaram o Ensino Superior e 70% afirmaram não estar atualmente estudando, das quais 90% manifestaram a vontade de voltar a estudar, nova indagação se impõe, a saber: caberia ao Instituto a responsabilidade de intervir, a fim de impulsionar institucionalmente a verticalização dos itinerários formativos daquelas e daqueles que tiveram, ao longo da vida, o direito à educação escolar negado?

4 Trajetórias laborais das egressas do curso Técnico em Cozinha

Quando observadas as trajetórias de trabalho construídas pelas mulheres participantes da pesquisa, há duas dimensões que se configuram centrais para análise: se a formação técnica contribui para a (re)inserção ou permanência das egressas no mercado de trabalho; e como as trajetórias de trabalho dessas mulheres articulam-se com o seu pertencimento de classe, de sexo e de raça.

Quanto à primeira dimensão, constata-se que o retorno à escola para a maior parte das egressas é, sobretudo, a declaração de uma expectativa de melhora das condições de vida e de trabalho. Quando questionadas acerca da principal motivação para a escolha de cursar o Técnico em Cozinha, 69% das estudantes apontaram motivos relacionados à satisfação de necessidades e/ou desejos referentes ao trabalho, tais como: oportunidade de trabalho, possibilidade de bom salário, aperfeiçoamento profissional, mudança de cargo no lugar onde já trabalhava, e manutenção do emprego como exigência do empregador. Para

Trajetórias formativas e laborais de mulheres egressas do Curso Técnico em Cozinha do Proeja do Instituto Federal Baiano

19% dessas mulheres, a principal motivação relaciona-se à satisfação de necessidades e/ou desejos concernentes aos estudos. A influência de familiares foi preponderante no momento da escolha do curso para 8% das estudantes egressas, e para 4% outros motivos se impuseram, tais como: realização pessoal, construção de laços sociais e afetivos, e fuga de uma relação abusiva e violenta.

O trabalho guarda, portanto, centralidade entre as razões que moveram essas mulheres a buscarem o curso. De acordo com Castel (1997 *apud* Santos *et al.*, 2017, p. 123),

[...] o trabalho se configura para os sujeitos como referência econômica, psicológica, cultural e simbólica na estruturação de suas existências. [Ele] deve ser visto não apenas como relação técnica de produção, mas como um suporte privilegiado de inscrição na estrutura social.

Mais do que participar da decisão de retomar os estudos, a necessidade de trabalhar é central nas trajetórias de vida das estudantes egressas. Ainda na infância, e provavelmente movidas pelo imperativo de complementar a renda familiar, 5% das estudantes começaram a realizar trabalho remunerado entre 5 e 10 anos de idade, e 16,7%, começaram entre 11 e 14 anos. A percentagem daquelas que começaram a trabalhar na adolescência, entre 15 e 19 anos, soma 35% e as que começaram na juventude e na vida adulta, acima dos 20 anos, representam 31,7%. Entre as respondentes, 11,7% nunca realizaram atividade remunerada.

Observa-se que quanto menos idade possuíam ao ingressar no mundo do trabalho, mais suscetíveis estiveram a vínculos precários. Das 34 respondentes que começaram a trabalhar antes dos 20 anos completos, 85,3% iniciaram as suas trajetórias laborais por meio do trabalho informal, 11,8% iniciaram com carteira assinada e 2,9%, em estágio. Ao passo que, das 19 respondentes que começaram a trabalhar após os 20 anos de idade, 68,4% iniciaram com carteira assinada, 15,8%, em trabalho informal e 15,8%, em estágio.

É possível que a baixa escolaridade das mais jovens, ou ainda, a condição social de suas famílias, no momento da sua inserção laboral, não as tenha permitido escolha diante das oportunidades de trabalho que surgiram, a despeito das condições e das frágeis formas de vinculação.

Santos *et al.* (2017, p. 110) consideram que:

Nesse contexto, destaca-se o papel da escola que, atualmente, depara-se com o desafio de incluir, por meio da educação, aqueles que, no decurso da história, vêm sendo excluídos de um horizonte de emprego assalariado. Por consequência, esse grupo de pessoas, em um primeiro momento, insere-se na informalidade e se distanciam da formação educacional e da qualificação profissional, haja vista a

necessidade imediata de luta pela sobrevivência, a princípio provisória, mas que, com o passar do tempo, acaba se tornando uma prática permanente numa sociedade de riscos.

Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), relativos ao intervalo que compreende o 4º trimestre de 2022 e o trimestre de 2023, informam que o segmento dos trabalhadores informais^v equivalia a 39,1% da população ocupada no país. Dentre os que têm inserção informal, os negros são maioria e representam 41% das trabalhadoras e 43,2% dos trabalhadores ocupados em situação de informalidade (DIEESE, 2024).

Durante o Técnico em Cozinha, 33 respondentes realizaram atividade remunerada, formal ou informalmente. Embora as implicações decorrentes da necessidade de conciliar trabalho remunerado com os estudos não tenham sido capturadas por este estudo, sobretudo para a configuração de assimetrias relacionadas à permanência e às vivências escolares, pesquisas realizadas no campo da Educação de Jovens e Adultos ocupam-se, não raro, em analisar a relação entre a dificuldade de conciliar o trabalho e os estudos e os índices de infrequência e de evasão escolar.

Embora as estudantes carreguem consigo expectativas relacionadas a melhores condições de trabalho e de vida, quando ingressam no curso Técnico em Cozinha, a aposta na qualificação profissional como condição para o acesso ao emprego merece atenção. Silva (2012, pp. 117-118) aponta, quando do estudo do desemprego entre jovens qualificados:

Inserir os processos educativos e a qualificação profissional numa relação linear com o desenvolvimento econômico e social e com a inserção no mercado de trabalho e, mais recentemente, com as políticas de “formação de competências para a empregabilidade” demonstra as formas mediante as quais o pensamento dominante representa o caminho do enfrentamento das crises constantes e cada vez mais profundas do sistema capitalista.

Trata-se, pois, de uma expectativa legitimada pelo discurso hegemônico que transfere para o trabalhador a responsabilidade pelo seu sucesso e/ou fracasso, “[...] contribuindo, assim, para que o desemprego deixe de ser considerado um problema econômico e político e passe a ser concebido como um problema individual, cuja gênese reside num déficit de conhecimento [...]” (Silva, 2012, p. 58).

Em outubro de 2023, 60% das egressas participantes deste estudo estavam desempregadas. Quanto ao motivo, a maior parte das respondentes, 46,4%, identificou a falta de oportunidades e de vagas de emprego na cidade em que residem.

Trajetórias formativas e laborais de mulheres egressas do Curso Técnico em Cozinha do Proeja do Instituto Federal Baiano

Foram apontados, ainda, como motivos para não estarem empregadas: problemas de saúde, por 14,2% das respondentes; incompatibilidade com os estudos, por 10,7%; idade avançada, por 7%; incompatibilidade com as tarefas relacionadas ao cuidado de familiares, também por 7%; aposentadoria, por 3,5%; residência em zona rural, por 3,5%; incompatibilidade com auxílio social recebido, 3,5% e por decisão do esposo, 3,5%.

Dentre as egressas empregadas no período correspondente à aplicação dos questionários, menos da metade atuava profissionalmente em sua área de formação, equivalendo a 18,3% do universo das mulheres pesquisadas.

O investimento em formação profissional e em escolaridade parece não ser suficiente para a garantia do emprego ou de melhores condições socioeconômicas, sobretudo para as mulheres negras. Segnini (2000) elucida que a condição desigual vivida pela mulher é um forte argumento para tornar relativa à relação entre escolaridade e inserção no mercado de trabalho. Ao analisar a participação da mulher no mercado de trabalho entre os anos 1985 e 1995, Segnini (2000) já constatava que, embora o crescimento da participação da mulher (63%) fosse superior ao do homem (20,8%), e que os índices de escolaridade das mulheres, a partir do 8º ano de estudo, superassem a escolaridade masculina, as suas condições socioeconômicas pouco se alteravam, considerando, por exemplo, a posição ocupada pelas mulheres no mercado de trabalho como trabalhadoras domésticas (17,2%), como não remuneradas (13,1%) e como trabalhadoras para autoconsumo (9,3%) “[...] perfazendo um percentual de 40% de postos de trabalho precários enquanto para os homens esse índice é de 10,7%” (Segnini, 2000, p. 77).

A formação técnica obtida pelas egressas não poderia, assim, responder por sua (re)inserção ou permanência no mercado de trabalho. Tal constatação não se contrapõe aos princípios norteadores do Proeja e àquele que, em particular, compreende o trabalho como princípio educativo, considerando que “A vinculação da escola média com a perspectiva do trabalho não se pauta pela relação com a ocupação profissional diretamente, mas pelo entendimento de que homens e mulheres produzem sua condição humana pelo trabalho” (Brasil, 2007, p. 38). O trabalho é aqui entendido enquanto “[...] ação transformadora no mundo, de si, para si e para outrem” (Brasil, 2007, p. 38), e a educação tomada como um fim em si mesma.

A segunda dimensão, igualmente central para a análise das trajetórias de trabalho das estudantes egressas, tem por intuito compreender como essas trajetórias articulam-se com o pertencimento de classe, de sexo e de raça das mulheres formadas técnicas em cozinha. Recorre-se, para tanto, ao alargamento do conceito de trabalho que, de acordo com Hirata (1992), é necessário para considerar o trabalho doméstico e assalariado, remunerado e não remunerado, formal e informal, como sendo modalidades de trabalho. De outra maneira, não seria possível enxergar as trajetórias de trabalho de mulheres negras que se profissionalizam em cozinha, em sua extensão e complexidade.

Conforme evidencia Kergoat (2018, p. 59):

Se as estratégias dos homens em relação ao trabalho e ao emprego podem ser relacionadas a dados que pertencem ao mundo da produção (mercado de trabalho, formação, estabilidade de emprego, salário, etc.), as mulheres se determinam desde o início e simultaneamente em relação ao trabalho produtivo e ao trabalho reprodutivo.

O trabalho reprodutivo, tomado aqui em seu sentido concreto, remete ao trabalho doméstico “[...] que ultrapassa amplamente as tarefas domésticas para incluir os cuidados corporais e afetivos com os filhos, o seguimento de sua escolaridade e, mesmo, a produção física das crianças” (Kergoat, 2018, p. 89). Tal trabalho – invisível e desvalorizado – é não somente imposto às mulheres como tornado atributo natural da sua psique e personalidade, como necessidade interna e aspiração inerentes à natureza feminina (Federici, 2019). Diferente de uma soma de tarefas, o trabalho doméstico é considerado:

[...] atividade integrada tão produtora de riquezas quanto o trabalho assalariado, senão mais; ele se define como ‘modo de produção doméstico’, ou como uma ‘relação de serviço’ – a disponibilidade permanente do tempo das mulheres a serviço da família (Kergoat, 2018, p. 89).

O trabalho reprodutivo é, desta maneira, responsável pela “[...] produção e reprodução do meio de produção mais indispensável ao capitalista: o próprio trabalhador” (Federici, 2019, p. 209), seja ele filho(a), sobrinho(a), neto(a), marido ou a própria mulher, ao mesmo tempo em que a sua não remuneração e desvalorização, enquanto trabalho, se estende à desvalorização da posição social de suas responsáveis por excelência, as mulheres, sobretudo as não brancas.

É no entrecruzamento das relações sociais de classe, de sexo e de raça, na materialidade do trabalho produtivo e reprodutivo, e nas práticas sociais que daí decorrem,

que as mulheres egressas do curso Técnico em Cozinha tecem as suas experiências e itinerários de trabalho.

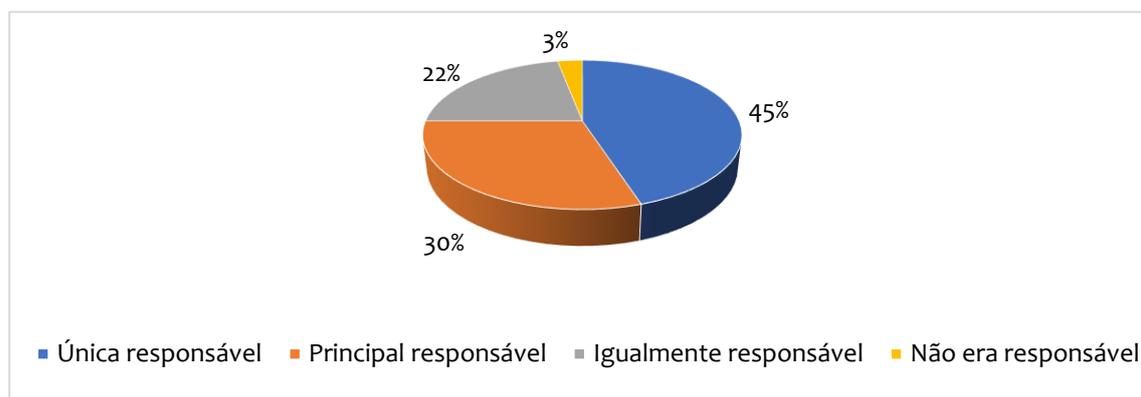
Pensadas enquanto relações consubstanciais, transversais e não passíveis de hierarquização entre si, as relações sociais de classe, de sexo e de raça, conforme propõe Kergoat (2018, p. 87), “[...] são indestrinçáveis no seio da matriz societal”. Embora consubstanciais, são relações de forças vivas, fundamentalmente dinâmicas e historicamente situadas. Assim, “[...] estão permanentemente se recolocando e recompondo no fio das práticas sociais” (Kergoat, 2018, p. 151) que necessariamente variam no espaço e no tempo.

Aqui interessa perceber que a qualificação profissional escolhida pelas egressas, quando da decisão de realizar o curso Técnico em Cozinha, guarda particular identificação com atividades realizadas no âmbito do trabalho reprodutivo, para as quais recebem, enquanto mulheres, histórica e reiteradamente, anos de socialização, treinamento diário e nenhuma remuneração.

As atividades que envolvem a organização do espaço de trabalho na cozinha; a classificação, seleção e preparo de matérias-primas; a manipulação de alimentos; o controle de estoque, consumos e custos; e o serviço de alimentos, são atividades previstas no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos como inerentes à atuação profissional de técnicas(os) formadas(os) em cozinha. Todas elas são igualmente esperadas de uma dona de casa, de uma chefe de família, de uma filha, esposa, mãe e/ou avó, formadas técnicas em cozinha, ou não.

Das mulheres negras não se espera menos. Os muitos anos de trabalho escravizado e de forçado confinamento ao trabalho doméstico, num passado não tão distante e nunca reparado, engendram distintas experiências de dominação, opressão e exploração que alcançam as mulheres negras individual e coletivamente, não como destinos biológicos, mas como construções sociais.

Quando do retorno à escola para a conclusão dos segmentos finais da Educação Básica, e ao longo dos anos necessários à conclusão do curso, a responsabilidade pela realização do trabalho doméstico não remunerado era exclusiva ou principalmente de 75% das estudantes egressas, conforme demonstra o Gráfico 2.

Gráfico 2 – Responsabilidade pela realização de trabalho doméstico não remunerado

Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Os dados recolhidos acerca da realização de trabalho doméstico não remunerado, da realização de trabalho remunerado e da realização do curso Técnico em Cozinha, quando cruzados, assinalam para uma possível sobrecarga de trabalho executado compulsoriamente pelas mulheres participantes da pesquisa, que, ao optarem por se profissionalizar, o fazem à custa de não poucos esforços.

Das 60 estudantes pesquisadas, apenas 5 responderam que durante a realização do curso Técnico em Cozinha não tiveram que dividir o tempo de estudo com um trabalho remunerado e que, à época, o trabalho doméstico era dividido com outros membros da família ou não dependiam de sua participação. Para 7 estudantes, a realização do curso se deu concomitante à realização de trabalho remunerado e, para 23 egressas, o tempo esteve dividido entre a realização do curso e a execução de trabalho doméstico. Para 25 estudantes egressas, foi necessário conciliar os estudos com a realização de trabalho remunerado e com a execução de trabalho doméstico não remunerado. Percebe-se, por conseguinte, este como um aspecto que singulariza as trajetórias de trabalho, de educação e de vida das egressas, e afirma seu pertencimento de classe, de sexo e de raça.

Conforme estudo divulgado em Nota Técnica do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em que pese a intensa feminização do mercado de trabalho brasileiro, o trabalho realizado sem remuneração “[...] no cuidado das casas e das pessoas que nelas habitam permaneceu sendo realizado majoritariamente por mulheres, não existindo, neste sentido, movimento correspondente de ‘masculinização’ do trabalho reprodutivo” (Pinheiro; Medeiros, 2019, p. 81). Os dados^{vi} analisados nessa nota técnica corroboram àqueles levantados junto às egressas quando evidenciam a elevada e permanente divisão sexual do

trabalho no país, ainda que as configurações do mundo do trabalho tenham se metamorfoseado (Antunes, 2009) substancialmente nas últimas décadas. Embora homens e mulheres estejam inseridos no mercado de trabalho, as “[...] responsabilidades familiares seguem sendo algo da esfera feminina, o que resulta em jornadas totais de trabalho que são mais longas para as mulheres do que para os homens” (Pinheiro; Medeiros, 2019, p. 81).

A divisão sexual do trabalho é, então, analisada a partir da composição do seu tempo total, de modo a identificar em que medida a persistência de diferenças de gênero, em participação e jornada de trabalho pago e não pago, contribui para a conformação de um quadro de desigualdades e sobrecarga para mulheres. Observou-se que a combinação dos dois tipos de trabalho resulta em um tempo total médio de trabalho feminino superior ao masculino. Para Pinheiro e Medeiros (2019, p. 83):

As jornadas totais de trabalho masculino se compõem majoritariamente pelas atividades realizadas no âmbito do mercado de trabalho. Em 2015, por exemplo, essas atividades respondiam por mais de 80% da carga total de trabalho masculino. Cenário bastante diferente é encontrado entre a população feminina, uma vez que trabalho pago e não pago respondem praticamente pela mesma parcela na composição do tempo total, constituindo-se, de fato, em duas jornadas intensas e extensas de trabalho.

Conforme apontam a nota técnica e os dados relativos à implicação de 75% das mulheres egressas na realização do trabalho doméstico não pago “[...] não há – nem nunca houve – espelhamento das atribuições de homens e mulheres nas diferentes esferas do mundo do trabalho” (Pinheiro; Medeiros, 2019, p. 83).

A quase totalidade da população feminina adulta (95%), de acordo com os dados que compõem a nota, realiza trabalho não remunerado, enquanto apenas pouco mais da metade dos homens (55%) dedica parte do seu tempo à realização deste tipo de trabalho, tempo significativamente menor que aquele empregado em atividades pagas. Entre as mulheres, a duração da jornada de trabalho não pago é muito maior, “[...] para pouco mais de um quinto delas, o tempo de trabalho doméstico se aproxima ou mesmo ultrapassa o que seria uma jornada integral de trabalho de quarenta horas semanais” (Pinheiro; Medeiros, 2019, p. 84). Os dados relativos ao trabalho pago, por sua vez, sofrem uma inversão, considerando que é realizado por 86% dos homens e por 57% das mulheres.

Quanto à sobrecarga de trabalho de mulheres egressas, durante a realização do curso, embora não seja possível estabelecer uma relação de causalidade, observa-se que 56,7% das estudantes que se formaram não puderam concluir o curso dentro dos três anos mínimos

necessários à integralização do Ensino Médio com a formação técnica, estendendo-o a quatro ou cinco anos. O peso de conciliar uma jornada dupla de trabalho com a retomada dos estudos pode ter tido implicações nas trajetórias formativas das egressas, bem como daquelas estudantes que não chegaram a concluir o curso e que não foram alcançadas por esta pesquisa.

5 Considerações finais

A este artigo interessou observar as contribuições do Proeja para as trajetórias de 60 mulheres egressas do curso Técnico em Cozinha ofertado pelo IF Baiano, *Campus Catu*. Para tanto, foram analisados os itinerários formativos construídos, sobretudo, por meio do acesso ao Ensino Superior; a (re)inserção, ou permanência, dessas mulheres no mercado de trabalho; e como as suas trajetórias laborais articulam-se com o seu pertencimento de classe, de sexo e de raça.

As trajetórias capturadas por este estudo informam que a conclusão do Ensino Médio, alcançada por meio do Proeja, compõe uma mobilidade de escolaridade ascendente entre gerações para 70% das egressas, por terem conseguido atingir nível de instrução mais elevado que o alcançado por quem as criou. Dentre os percursos escolares analisados, 13 foram continuados no Ensino Superior, 12 dos quais no próprio *Campus Catu*, trazendo à reflexão o modo com que a verticalização encontra as egressas do Proeja em seus percursos formativos.

As trajetórias das egressas informam, ademais, a centralidade do trabalho quando da decisão pelo retorno à escola em um curso Técnico em Cozinha, desvelando a expectativa por melhores condições de vida, atribuída à formação escolar. A despeito, no entanto, da relação direta aí estabelecida entre educação e trabalho, mais da metade das egressas encontrava-se desempregada no momento da pesquisa, e somente 18% atuavam profissionalmente na área de formação. Dentre os fatores que concorrem para a não inserção no mercado formal de trabalho, por elas identificados, destaca-se a falta de oportunidades e de vagas na cidade em que residem.

Analisar os percursos laborais dessas mulheres no entrecruzamento das relações de classe, de sexo e de raça, se mostrou profícuo para alcançá-los em maior profundidade. Para tanto, cumpriu observar não apenas a realização de trabalho produtivo, mas, e principalmente, a realização de trabalho reprodutivo, sobretudo em virtude da particular relação que a formação técnica em cozinha guarda com as atividades realizadas no âmbito do

trabalho reprodutivo, histórica e socialmente imputado às mulheres, preferencialmente às não brancas.

As trajetórias em análise não esgotam as vivências e as experiências de mulheres da classe trabalhadora que buscam, por meio de cursos ofertados pelo Proeja, a construção de novos percursos formativos e laborais. Contudo, os arranjos singulares, que cada trajetória pesquisada comporta, encerram estratégias que são também coletivas e representativas de parcela importante da sociedade. Assim, este artigo reafirma a defesa do Proeja enquanto política pública de importância para a formação de trabalhadoras e trabalhadores brasileiras(os).

Referências

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo, SP: Boitempo, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. **PROEJA**: Programa de Integração da Educação Profissional Técnica de Nível Médio ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, documento base. Brasília, DF: MEC, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/proeja_medio.pdf. Acesso em: 8 maio 2023.

BRASIL. **Decreto n.º 5.478, de 24 de julho de 2005**. Institui, no âmbito das instituições federais de educação tecnológica, o programa de integração da educação profissional ao ensino médio na modalidade de educação de jovens e adultos – PROEJA. Brasília, DF: Presidência da República, 2005. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2005/decreto-5478-24-junho-2005-537577-publicacaooriginal-30068-pe.html>. Acesso em: 3 maio 2023.

BRASIL. **Decreto n.º 5.840, de 13 de julho de 2006**. Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5840.htm. Acesso em: 3 maio 2023.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, p. 117-133, 2003. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9948>. Acesso em: 7 abr. 2023.

DEMO, Pedro. **Metodologia da investigação em educação**. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2012. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 3 dez. 2023.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. Mulheres no mercado de trabalho: desafios e desigualdades constantes. Rio de Janeiro: DIEESE, 2024. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2024/mulheres2024.html>. Acesso em: 2 abr. 2024.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Editora Elefante, 2019

HIRATA, Helena Sumiko. Notes sur les apports d'une problématique en termes de rapports sociaux de classe et de sexes (et/ou de division sociale et sexuelle du travail) a ma recherche. In: APPAY, B. et al. (orgs.). **Rapports Sociaux de Sexe**. Paris: GEDISST/IRESO/CNRS, 1992. p. 19-22.

KERGOAT, Danièle. **Lutar, dizem elas....** Tradução de Eliana Aguiar. Recife: SOS Corpo, 2018.

MACHADO, Taís de Sant'Anna. **Um pé na cozinha**: um olhar sócio-histórico para o trabalho de cozinheiras negras no Brasil. São Paulo: Fósforo Editora, 2022.

MINAYO, Maria Cecília de S. Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. In: DESLANDES, Suely Ferreira et al. (orgs.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2021.

O TRABALHO doméstico 10 anos após a PEC das domésticas. **Estudos & Pesquisa**, Dieese, n. 206, abr. 2023. Disponível em:

<https://www.dieese.org.br/estudosepesquisas/2023/estPesq106trabDomestico.pdf>. Acesso em: 1 nov. 2023.

OLIVEIRA, Edna Castro de; MACHADO, Maria Margarida. O desafio do PROEJA como estratégia de formação dos trabalhadores. In: OLIVEIRA, Edna Castro de; PINTO, Antônio Henrique; FERREIRA, Maria José de Resende (orgs.). **EJA e Educação Profissional**: desafios da pesquisa e da formação no Proeja. 1. ed. Brasília: Liber Livro, 2012.

PACHECO, Eliezer Moreira. **Os Institutos Federais**: uma revolução na educação profissional e tecnológica. Natal: IFRN, 2010.

PINHEIRO, Luana Simões; MEDEIROS, Marcelo. Desigualdades de gênero em trabalho pago e não pago no Brasil: uma análise das distribuições de tempo de homens e mulheres entre 2001 e 2015. **Ipea**, Rio de Janeiro, Nota Técnica, ano 25, n. 66, abr. 2019. (Série Mercado de trabalho: conjuntura e análise). Disponível em:

<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9924?mode=full>. Acesso em: 15 nov. 2023.

RIBEIRO, Carlos Antonio Costa. Classe, raça e mobilidade social no Brasil. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 49, n. 4, p. 833-873, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0011-52582006000400006>. Acesso em: 12 set. 2023.

SANTOS, Carla Liane Nascimento dos et al. As trajetórias laborais e socioeducacionais dos trabalhadores informais matriculados no Proeja no âmbito do Centro Estadual de Educação Profissional em Controle e Processos Industriais Newton Sucupira. In: BALOGH, Iêda Rodrigues da Silva et al. (orgs.). **Educação profissional**: trabalho, letramento e políticas públicas formativas. Salvador: EDUFBA, 2017. p. 109-127.

SEGNINI, Liliana Rolfsen Petrilli. Educação e trabalho: uma relação tão necessária quanto insuficiente. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 72-81, abr. 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/spp/a/7g5d46nQkNQ7KRdnfZP5mgk/?format=pdf>. Acesso em: 5 dez. 2023.

SILVA, José Humberto da. **Juventude trabalhadora brasileira**: percursos laborais, trabalhos precários e futuros (in)certos. 2012. 307 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade

Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 2012. Disponível em:
<https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/876607>. Acesso em: 5 dez. 2023.

Notas

- i Trata-se de pesquisa aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade do Estado da Bahia (CEP/UNEB), conforme Parecer CEP/UNEB nº 6.073.325.
- ii Refere-se, segundo Pacheco (2010), ao aspecto que contribui para a singularidade do desenho curricular nas ofertas educativas dos Institutos Federais. “A verticalização implica o reconhecimento de fluxos que permitam a construção de itinerários de formação entre os diferentes cursos da educação profissional e tecnológica: qualificação profissional, técnico, graduação e pós-graduação tecnológica” (Pacheco, 2010).
- iii Machado (2022) propõe a ampliação das noções de agência e resistência a fim de alcançar as percepções críticas, as tecnologias de sobrevivência e as ações estratégicas desenvolvidas por cozinheiras negras diante das opções restritas que encontram à disposição em cada período e a cada trajetória, frente às condições de trabalho e de vida impostas. A autora defende que essas mulheres não são nem vítimas completas da exclusão social e econômica e nem heroínas abnegadas, mas indivíduos complexos, capazes de afetar intencionalmente os seus destinos.
- iv No referido estudo, a classe social de origem é mensurada a partir da ocupação do pai dos respondentes quando estes tinham 14 anos (Ribeiro, 2006).
- v Foram considerados informais: empregados no setor privado sem carteira de trabalho assinada; empregado doméstico sem carteira de trabalho assinada; empregador sem registro no CNPJ; trabalhador por conta própria sem registro no CNPJ; e trabalhador familiar auxiliar (DIEESE, 2024).
- vi Ofertados pela Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (PNAD) para o período de 2001 a 2015, relativo à população de casais do país.

Sobre os autores

Lais Moreira Cavalcanti

Mestra em Educação pelo Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Educação de Jovens e Adultos da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Graduada em Gastronomia pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professora EBTT do IF Baiano – *Campus Catu*.
E-mail: laiss.moreira@gmail.com ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-8984-8088>

José Humberto da Silva

Pós-doutor e Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professor Titular da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), *Campus I* (DEDC). Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação de Jovens e Adultos (PPEJA). Líder do grupo de Pesquisa Formação Trabalho e Identidades (FORTIS).
E-mail: jhsilva@uneb.br ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-7437-7017>

Recebido em: 10/07/2024

Aceito para publicação em: 18/07/2024